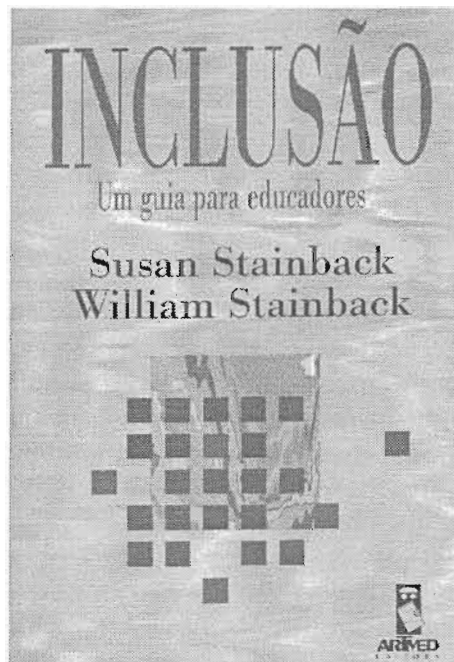


# A inclusão como base da reforma da escola

Rosalba Maria Cardoso Garcia <sup>1</sup>

Este livro constitui-se num conjunto de textos organizados por Susan Stainback e William Stainback, com a participação de 35 colaboradores norte-americanos e canadenses. Os organizadores participam da autoria ou co-autoria em 9 títulos. A obra está composta de 26 capítulos distribuídos em 6 partes. A consultoria, supervisão, revisão técnica e apresentação à edição brasileira foram realizadas pela professora Maria Teresa Eglér Mantoan (Unicamp).

A obra é apresentada, conforme o próprio título, como um manual ou guia para que os professores possam realizar a inclusão escolar. Neste sentido, apresenta uma proposta de ação no estilo de um planejamento estratégico. A inclusão escolar dos portadores de deficiência é mencionada como uma estratégia para criar uma nova consciência de que é preciso lidar com a diversidade. E, ao propor esta nova consciência, pro-



STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. **Inclusão – um guia para educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

põe que as escolas deverão se modificar para atender estes alunos, o que fará com que se realize uma reforma na escola que beneficie todos os alunos. Entretanto, o manual apresenta ações estratégicas individualizadas quando se trata dos alunos portadores de deficiência. O momento em que os autores desenvolvem uma proposta mais voltada ao conjunto de alunos de uma escola é quando propõem que a presença de um aluno portador de deficiência em sala de aula pode servir para desenvolver habilidades em seus colegas não deficientes, no sentido de que aprendam a lidar com a diversidade e com a resolução de problemas.

Do ponto de vista da concepção de inclusão, a proposta é mais do que uma escola inclusiva, mas uma perspectiva de comunidade escolar inclusiva. A idéia difundida é que as escolas são comunidades e como tais devem ser geridas pelos membros da

<sup>1</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

comunidade escolar. No entanto, ao invés de participação, a obra está propondo que a comunidade assuma a escola no seu aspecto inclusivo, transferindo responsabilidades do Estado para as famílias, em particular, para as famílias dos alunos portadores de deficiência.

Do ponto de vista da participação dos professores, o livro apresenta um estilo de auto-ajuda, de pensamento positivo, no sentido de que os professores acreditem que podem ser mais inovadores, criativos e mais solidários. Ao assumir esta postura, a obra perde suas características acadêmicas, pois embora contenha proposições de natureza da prática dos professores, perde seu rigor acadêmico ao limitar-se ao campo das idéias, sem discutir, de fato, a prática pedagógica. Quando apresenta uma discussão da prática, o que se encontra é uma apresentação de propostas empíricas de atividades e ações estratégicas que podem ser utilizadas.

A parte 1 – Origens – está composta de 3 capítulos. O capítulo 1 – Fundamentos do Ensino Inclusivo relaciona a exclusão escolar com o descontentamento e a discriminação social; defende a educação como questão de direitos humanos; reitera que as escolas devem se modificar para incluir todos os alunos, inclusive os indivíduos com deficiência conforme a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais (1994). Define o ensino inclusivo como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. Defende a idéia de que ao educar todos juntos, os deficientes preparam-se para a vida na comunidade; há uma melhoria nas habilidades profissionais dos professores; valoriza-se socialmente a igualdade e a paz. Neste capítulo estão agregadas uma série de idéias sobre a educação inclusiva. Dentre estas, a de que a escola deve desenvolver habilidades acadêmicas e sociais, mas que com aqueles alunos mais prejudicados, deve-se ter como meta apenas habilidades sociais.

O capítulo 2 – Visão Geral Histórica da Inclusão, retoma a trajetória da exclusão e inclusão escolar nos Estados Unidos, apresentando um relato sobre as experiências de incorporação de alunos deficientes nas escolas públicas. Também dá destaque às ações jurídicas movidas naquele país em torno dos direitos a vagas nas escolas para os portadores de deficiência.

O capítulo 3 – A Inclusão como uma Força para a Renovação da Escola apresenta uma compreensão de que a inclusão é uma força cultural para promover uma reforma, reestruturação e renovação das escolas. Novamente limitada ao campo das idéias, das vontades, a proposta apresentada neste livro desconsidera as condições sociais e históricas nas quais a educação e o sistema escolar estão inscritos.

A parte 2 – Estratégias Básicas – é composta por 5 capítulos, todos eles discorrendo sobre propostas de ação de cunho meramente pragmático. Os títulos destes capí-

tulos são indicativos de sua abordagem: capítulo 4 – Dez Elementos Críticos para a Criação de Comunidades de Ensino Inclusivo e Eficaz; 5 – MAPs, Círculos de Amigos e PATH: instrumentos poderosos para ajudar a construir comunidades protetoras; 6 – Estratégias Práticas para a Comunicação com Todos os Alunos; 7 – Estratégias Administrativas para a Realização do Ensino Inclusivo e 8 – O Que eu Farei Segunda-Feira pela Manhã?

A terceira parte 3 – Colaboração, em quatro capítulos, apresenta a amizade como valor a ser desenvolvido enquanto objetivo educacional. A amizade está posta como elemento fundamental para criar redes de apoio e fortalecer a idéia de comunidade. Mais do que propor valores a serem enfatizados, nesta parte a proposta contida na obra apresenta raízes claramente filantrópicas e caritativas, retirando a educação do campo dos direitos sociais.

A parte 4 – Considerações sobre o Currículo – dividida em 6 capítulos, coloca em discussão a organização curricular, o quê ensinar, como ensinar, estratégias de ensino, na sua relação com a inclusão. O que se pode destacar nestes capítulos é a tendência a centralizar os conhecimentos trabalhados na criança, reduzindo-os a seu próprio universo, promovendo uma desigualdade no acesso aos conteúdos trabalhados de modo desigual. Ao afirmar as diferenças, a proposta anunciada reafirma a desigualdade na forma de se relacionar com conteúdos e atividades escolares.

A quinta parte desta obra – Considerações Comportamentais – apresenta em 5 capítulos uma abordagem comportamental que utiliza categorias como “manejo dos alunos”, “reforço positivo”, “treinamento”, “condutas”. Ao propor como o professor deve agir em relação aos alunos, utiliza uma abordagem baseada em tarefas que devem ser realizadas passo a passo.

A última parte – Outras Considerações – agrega elementos que somam uma idéia de “boas intenções” à participação da comunidade na elaboração de uma proposta inclusiva. O fechamento desta obra, em seus 3 últimos capítulos, reitera as proposições até então apresentadas, enfatizando, mais uma vez, as questões subjetivas em detrimento da materialidade e transferindo responsabilidades do Estado para as famílias. No último capítulo, em especial, os autores assinalam elementos que considero como fundamentais para se pensar a inclusão escolar: 1) “proporcionar a cada aluno o apoio necessário para que ele seja educado na rede educacional regular” e 2) “adaptar e ajustar, quando necessário, a rede regular para acolher todos os alunos”. Entretanto, estas questões são tratadas como se fossem elementos da vontade, dos desejos individuais. Neste sentido, considero que a obra em questão agrega alguns elementos que efetivamente são necessários de serem pensados ao refletir-se sobre a inclusão. No entanto, tais elementos não foram submetidos a uma reflexão, na essência da palavra, e sim arrolados em um conjunto de proposições, superficialmente tratados e abordados pelos seus aspectos empíricos. ■